

IMAGENS DA LIBERDADE E SÍMBOLOS DA MEMÓRIA: INTERPRETAÇÕES DA FORMAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL DE BENEVIDES (PA)

Adejana dos Santos Meireles

<http://lattes.cnpq.br/0549733055620780>

<https://orcid.org/0009-0009-7487-4118>

E-mail: adejanarosa@gmail.com

Maria Barbara da Costa Cardoso

Doutora em Educação (UFPA-2020). Mestra em Educação (UFPA-2012); especialista em Gestão Escolar (Escola de Governo-UFPA-2015); especialista em Coordenação e Organização de Trabalhos Pedagógicos (UFPA-2005), Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará; Especialista em Educação-SEDUC/PA. Professora SEMEC/Abaetetuba. Coordenadora do Ensino Fundamental SEMEC/Abaetetuba.

<http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>

<https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>

E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2-61>

RESUMO: A memória pública de Benevides, no Pará, organiza-se em torno de imagens e símbolos que aproximam liberdade, trabalho, religiosidade, cultura popular e pertencimento amazônico. O artigo analisa como esse repertório participa da interpretação da formação étnico-cultural do município, com atenção às presenças negras, indígenas, afro-amazônicas e migrantes, bem como aos silenciamentos que atravessam a paisagem cultural. Adota-se abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. A base científica reúne dezoito artigos publicados entre 2021 e 2025 em periódicos brasileiros, articulados a documentos municipais recentes que registram o Festival da Liberdade, práticas culturais, exposições e espaços de memória. A leitura considera imagens públicas, performances, objetos, nomes de lugares e narrativas comemorativas como formas de produção social de sentido. Os resultados indicam que o signo da liberdade oferece forte coesão identitária, mas precisa permanecer ligado à experiência histórica da população negra, às marcas materiais da escravidão e às formas contemporâneas de resistência. A religiosidade e as festas populares ampliam essa memória ao inscrever gestos, sons, corpos e saberes na cidade. A presença indígena, embora constitutiva da Amazônia paraense, aparece com menor força no repertório público local, o que revela uma assimetria de visibilidade. Conclui-se que a educação patrimonial pode transformar os símbolos benevidenses em fontes críticas, capazes de relacionar orgulho, conflito, ancestralidade e direito à memória.

PALAVRAS-CHAVE: Benevides. Cultura visual. Memória social. Símbolos culturais. Formação étnico-cultural.

IMAGES OF FREEDOM AND SYMBOLS OF MEMORY: INTERPRETATIONS OF THE ETHNO-CULTURAL FORMATION OF BENEVIDES (PA)

ABSTRACT: Benevides, in the state of Pará, Brazil, constructs its public memory through images and symbols that connect freedom, labor, religion, popular culture and Amazonian belonging. This article examines how this repertoire shapes interpretations of the municipality's ethnic and cultural formation, focusing on Black, Indigenous, Afro-Amazonian and migrant presences, as well as on the silences embedded in the cultural landscape. A qualitative, bibliographic and documentary approach was adopted. The scientific basis consists of eighteen articles published from 2021 to 2025 in Brazilian journals, combined with recent municipal documents on the Freedom Festival, cultural practices, exhibitions and sites of memory. Public images, performances, objects, place names and commemorative narratives are understood as social forms of meaning-making. The findings show that freedom is a powerful marker of local cohesion, but its interpretation must remain connected to Black historical experience, material traces of slavery and contemporary forms of resistance. Religious and popular festivities expand this memory by inscribing gestures, sounds, bodies and knowledge into urban life. Indigenous presence, although foundational to the Amazon region, remains less visible in the public repertoire, revealing an imbalance in representation. Heritage education may therefore transform local symbols into critical sources linking pride, conflict, ancestry and the right to memory.

KEYWORDS: Benevides. Visual culture. Social memory. Cultural symbols. Ethnic and cultural formation.

INTRODUÇÃO

A memória pública de Benevides nasce de uma data que carrega alívio e ferida. Em 30 de março de 1884, a então Colônia de Nossa Senhora do Carmo realizou a libertação das pessoas escravizadas em seu território. O acontecimento, anterior à Lei Áurea, tornou-se o núcleo de uma identidade municipal expressa pelo título de Berço da Liberdade, pelo lema Liberta et Labor e por celebrações anuais. A força desse repertório está na capacidade de transformar um episódio histórico em linguagem cotidiana. Nomes de bairros, praças, escolas, festivais e projetos culturais fazem a data circular para além dos arquivos, permitindo que ela seja vista, repetida e ensinada (Benevides, 2021; Benevides, 2025).

Uma cidade, contudo, não recorda apenas por meio de textos. Ela recorda quando organiza cortejos, expõe objetos, ocupa praças, escolhe nomes, produz fotografias, veste corpos e estabelece quais personagens serão reconhecidos como ancestrais. A cultura visual amplia a noção de documento histórico ao considerar que construções, exposições,

imagens impressas e meios de circulação participam da produção de conhecimento. Costa (2021) demonstra que a leitura das materialidades urbanas depende das representações que as acompanham, pois o acesso social a um acontecimento é mediado por linguagens compartilhadas. Em Benevides, a liberdade adquire sentido porque se converte em imagem pública e experiência coletiva.

Essa conversão não ocorre de maneira neutra. Todo símbolo seleciona um aspecto do passado e deixa outros em sombra. O orgulho municipal pelo pioneirismo abolicionista pode favorecer o reconhecimento da população negra, mas também pode reduzir uma história violenta a uma narrativa pacificada, centrada no ato formal de libertação. A memória torna-se mais densa quando a celebração preserva o conflito que lhe deu origem e reconhece quem sofreu, resistiu, trabalhou e transmitiu saberes. A exposição sobre a Família Dax, realizada em 2026 com objetos de antigos engenhos e uma narrativa voltada à trajetória de Firmina Dax, indica um deslocamento importante: o protagonismo negro passa a ocupar o centro da cena comemorativa (Benevides, 2026c).

A formação étnico-cultural de Benevides também ultrapassa o marco de 1884. O município integra a Amazônia paraense e a Região Metropolitana de Belém, espaços historicamente produzidos por encontros, conflitos e deslocamentos de populações indígenas, africanas, afro-brasileiras, nordestinas e europeias. Pimentel (2023) mostra que as migrações para a região bragantina criaram repertórios culturais híbridos, preservados em narrativas orais e experiências familiares. Santos (2022) acrescenta que as identidades territoriais paraenses se formam em meio a desigualdades regionais, disputas de desenvolvimento e dependências culturais. A leitura dos símbolos locais precisa, por isso, relacionar a cidade às redes humanas que atravessaram a Amazônia oriental.

O problema que orienta a análise pode ser formulado da seguinte maneira: como imagens, performances, objetos, lugares e narrativas comemorativas participam da interpretação da formação étnico-cultural de Benevides? O objetivo consiste em analisar as camadas de sentido presentes no repertório público do município, especialmente aquelas relacionadas à liberdade, à memória negra, à religiosidade, à cultura popular, à presença indígena e às territorialidades amazônicas. A discussão procura compreender tanto as identidades que ganham visibilidade quanto aquelas que permanecem discretas no espaço oficial.

A relevância da questão decorre de uma tensão concreta. Benevides possui um símbolo histórico capaz de mobilizar pertencimento, mas a vitalidade desse símbolo depende de sua abertura às memórias plurais da cidade. Patrimônio e identidade não se conservam pela repetição de fórmulas. Eles permanecem vivos quando grupos sociais reconhecem suas experiências nos objetos, ritos e narrativas compartilhados. Zanirato et al. (2021) defendem uma compreensão híbrida do patrimônio, na qual materialidade, natureza, práticas e saberes não sejam separados. Essa perspectiva permite ler Benevides por meio de um conjunto articulado de datas, corpos, lugares, sons, crenças e vestígios.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental, com orientação interpretativa. O objeto não corresponde a um levantamento exaustivo de todas as imagens existentes no município. A análise concentra-se em repertórios de ampla circulação pública, registrados em documentos digitais recentes: o título Berço ou Terra da Liberdade, o marco de 30 de março, o Festival da Liberdade, a exposição Família Dax, o Casarão das Artes, as apresentações de capoeira, os usos de tranças e turbantes, as festas religiosas e as manifestações populares vinculadas ao calendário cultural. Esses elementos foram tratados como unidades de significação social, observando-se o contexto de circulação, a memória acionada e as possíveis ausências.

A base bibliográfica reúne dezoito artigos científicos publicados entre 2021 e 2025 em periódicos brasileiros. A seleção considerou quatro eixos: cultura visual e interpretação de imagens; patrimônio, memória e educação; identidades e territorialidades amazônicas; práticas afro-amazônicas, indígenas e populares. Foram priorizados estudos com aderência conceitual ou geográfica ao problema, entre eles pesquisas sobre cidades paraenses, carimbó, samba de cacete, boi de máscaras, terreiros de Mina, patrimônio indígena, migração e comunicação visual em Belém. Essa composição evita transportar para Benevides explicações prontas de outros contextos. Os estudos funcionam como chaves comparativas, e não como substitutos de uma pesquisa de campo local.

Os documentos municipais, publicados entre 2021 e 2026, integram o corpus primário porque registram a linguagem institucional empregada para apresentar

Benevides a seus moradores e visitantes. Foram examinadas páginas sobre a história do município, a comemoração dos 141 anos da libertação, o Festival da Liberdade de 2026 e a exposição Família Dax. Textos, títulos, fotografias publicadas e descrições de atividades foram considerados em conjunto. O material revela aquilo que a gestão pública escolhe mostrar, os atores convocados para a celebração e a forma como objetos históricos recebem significado no presente.

A leitura seguiu cinco operações. Primeiro, identificou-se o signo central ou a prática cultural. Em seguida, verificou-se qual memória histórica era acionada. A terceira operação observou os grupos sociais tornados visíveis. A quarta procurou tensões, apagamentos e simplificações. Por fim, analisaram-se as possibilidades educativas de cada repertório. Esse procedimento aproxima a cultura visual da história oral e da arqueologia das mídias, campos que reconhecem a necessidade de relacionar imagens, suportes, circulação e testemunhos. Daronco e Tomaim (2023) demonstram que os vestígios visuais se tornam historicamente produtivos quando suas condições de exibição e lembrança são interrogadas.

A interpretação preserva um limite necessário. As imagens oficiais não oferecem acesso direto à totalidade da experiência benevidense. Elas apresentam uma versão pública, situada e intencional da cidade. Da mesma forma, estudos realizados em Vigia, Igarapé-Açu, São Caetano de Odivelas, Capitão Poço, Baião, Tefé ou Belém não autorizam afirmar que as mesmas relações ocorram de maneira idêntica em Benevides. A comparação serve para reconhecer processos recorrentes na Amazônia, como a transmissão intergeracional, a negociação entre tradição e mudança, a invisibilização de saberes e a centralidade dos corpos nas manifestações culturais.

IMAGEM, SÍMBOLO E PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DA MEMÓRIA

Imagens culturais possuem uma vida social. Elas circulam, recebem legendas, são repetidas em cerimônias e passam a condensar narrativas que excedem sua aparência imediata. Uma fotografia de cortejo, um objeto de engenho, uma praça ocupada ou uma palavra inscrita no espaço urbano não funcionam apenas como ilustração. Cada elemento organiza uma relação entre passado e presente. Pinho e Amin (2023), ao examinarem

vitrines em uma avenida de Belém, mostram que a comunicação visual preserva sonhos, modelos de infância e expectativas sociais. A imagem urbana oferece pistas sobre a sociedade que a produziu e sobre o futuro que ela deseja tornar visível.

O símbolo atua pela condensação. Liberdade, por exemplo, é uma palavra ampla, mas em Benevides ela se liga a uma data, a uma história abolicionista, a um lema e a práticas comemorativas. Essa ligação torna o conceito reconhecível. Ao mesmo tempo, a repetição pode retirar do signo sua espessura histórica. A liberdade passa a exigir perguntas: quem foi libertado, por quem, em quais condições, com quais efeitos e como os descendentes dessas populações aparecem na memória municipal? Quando essas questões acompanham a celebração, o símbolo deixa de funcionar como ornamento e se converte em problema histórico.

A discussão contemporânea sobre patrimônio contribui para essa leitura porque rompe a separação rígida entre bem material e prática imaterial. Zanirato et al. (2021) mostram que a conservação depende do reconhecimento das relações entre objetos, natureza e saberes. Um vestígio de engenho, isolado em uma vitrine, pode ser percebido como peça antiga. Quando relacionado à trajetória de pessoas escravizadas, ao trabalho agrícola, às famílias e às lutas por reconhecimento, ele se torna parte de uma rede de memória. O valor patrimonial nasce dessa relação, e não da antiguidade do objeto considerada isoladamente.

A ampliação do conceito também desloca o olhar das obras monumentais para gestos, ofícios e experiências. Silva e Lopes (2022), ao estudarem mestres carpinteiros navais de Vigia, evidenciam que barcos, técnicas de construção e narrativas de aprendizagem integram um mesmo patrimônio. A ameaça não recai apenas sobre o produto material, mas sobre os vínculos humanos que permitem sua continuidade. Em Benevides, o mesmo raciocínio pode ser aplicado a práticas festivas, culinárias, musicais, religiosas e artesanais. O patrimônio local encontra-se nos conhecimentos incorporados pelos moradores e nas formas de transmissão entre gerações.

A interpretação de símbolos exige ainda atenção às relações de poder. Fernandes e Palha (2021) identificam, em São Caetano de Odivelas, tensões entre centro e beira, gerações e grupos culturais. A identidade municipal surge como negociação, não como consenso absoluto. Um repertório oficial pode unir a população e, simultaneamente,

privilegiar determinadas experiências. Em Benevides, a centralidade da abolição oferece uma identidade poderosa, mas pode colocar em segundo plano memórias indígenas, trajetórias migrantes, práticas religiosas afro-amazônicas e experiências dos distritos. A unidade simbólica precisa acolher as diferenças que a constituem.

A memória étnico-cultural também se forma no corpo. A dança, o cortejo, a música, a indumentária, o cabelo e a ocupação do espaço produzem signos que não dependem da escrita. Oliveira e Matta (2021) mostram que a dança das Yabás, em Tefé, conserva matrizes africanas por meio de movimentos, gestos e significados corporais. A performance transforma ancestralidade em presença. Quando capoeiristas, trancistas e turbanteiras participam do Festival da Liberdade, a história negra adquire forma sensível. O corpo deixa de aparecer apenas como tema do passado e passa a ocupar o presente da cidade.

As imagens religiosas apresentam complexidade semelhante. Rosário, Abreu e Saldanha (2021) analisam simbologias de Exus e Pombagiras em um terreiro de Mina no nordeste paraense, mostrando que os códigos religiosos são continuamente ressignificados. O sagrado relaciona mundo social, experiência corporal e identidade. Essa contribuição impede que a religiosidade amazônica seja reduzida ao catolicismo oficial ou tratada como conjunto fixo de crenças. Em Benevides, o calendário religioso e as práticas afro-amazônicas podem coexistir, cruzar-se ou disputar legitimidade, compondo uma paisagem espiritual plural.

Assim, interpretar a cultura visual de uma cidade significa perguntar quem pode aparecer, em que posição e com qual autoridade. A fotografia oficial, o cartaz, a festa e a exposição produzem enquadramentos. Alguns sujeitos são apresentados como protagonistas; outros surgem como figurantes ou permanecem ausentes. A análise crítica não anula a potência afetiva das imagens. Ao contrário, protege essa potência contra a simplificação. O orgulho local ganha consistência quando reconhece a dor, o conflito, as assimetrias e a criatividade que deram forma ao município.

FORMAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL E TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS

A formação de Benevides está vinculada à história das colônias agrícolas e dos deslocamentos humanos na Amazônia oriental. A narrativa municipal apresenta a antiga Colônia de Nossa Senhora do Carmo como espaço em que o trabalho e a liberdade se tornaram referências identitárias. Essa origem não pode ser lida apenas como trajetória administrativa. Colônias, estradas, engenhos, sítios e núcleos urbanos reorganizaram territórios previamente ocupados e produziram encontros entre populações com experiências distintas. O município contemporâneo reúne sede e distritos, zonas urbanas e rurais, áreas de circulação metropolitana e espaços ligados a igarapés, agricultura e lazer (Benevides, 2021).

A presença negra constitui o eixo mais evidente dessa formação no repertório público. A libertação de 1884 tornou-se um marco municipal porque envolve pessoas escravizadas, sociedades abolicionistas, trabalho agrícola e repercussões regionais. A comemoração só alcança profundidade quando reconhece que a liberdade formal não encerrou desigualdades raciais, econômicas e simbólicas. Nascimento e Libardi (2023) mostram que a identidade negra e quilombola é construída em relações intergeracionais, nas quais nomes, memórias e experiências de racismo são manejados de formas diferentes. A autoafirmação depende de espaços nos quais crianças, jovens e idosos possam reconhecer continuidades e elaborar conflitos.

As práticas de cultura popular oferecem um desses espaços. O carimbó, as quadrilhas, os bois, a capoeira, o samba de cacete e outras expressões amazônicas associam som, movimento, territorialidade e memória. Cordeiro e Amaral (2022) apresentam Tia Pê como mulher negra convertida em símbolo da cultura do carimbó em Vigia. A trajetória individual ganha relevância porque concentra relações de gênero, raça, cidade e transmissão cultural. O caso sugere que Benevides também precisa nomear seus mestres, mestras, brincantes, artesãos, músicos e lideranças, evitando que a cultura seja lembrada sem os sujeitos que a sustentam.

Pinheiro (2023) acrescenta que as mulheres do samba de cacete atuam como guardiãs de um saber ancestral em uma comunidade quilombola de Baião. A expressão guardiãs não descreve uma função passiva. Ela envolve aprender, praticar, ensinar e defender uma tradição. A formação étnico-cultural ocorre nesse trabalho cotidiano de

preservação criativa. Em Benevides, a participação de mulheres negras em trançados, turbantes, culinária, religiosidade, educação e organização comunitária pode ser compreendida como produção de patrimônio, mesmo quando essas práticas ainda não possuem reconhecimento formal.

A presença indígena exige atenção específica. A Amazônia paraense foi e continua sendo território de povos indígenas, mas as narrativas urbanas frequentemente começam com a colonização, a fundação administrativa ou a chegada de migrantes. Sales (2023) mostra que recordação e esquecimento do patrimônio indígena podem operar como instrumentos políticos na disputa territorial. Vestígios arqueológicos, cemitérios e lugares de memória não pertencem a um passado encerrado; eles sustentam reivindicações atuais. A leitura dos símbolos de Benevides deve perguntar como as histórias indígenas aparecem no ensino, nos nomes de lugares, nas exposições e nas políticas culturais.

A migração nordestina constitui outra camada relevante. Pimentel (2023) demonstra que narrativas de migrantes instalados na região bragantina articulam deslocamento, trabalho, perda, adaptação e diversidade cultural. Benevides, conectada a Belém e a antigos eixos de colonização e circulação, integra esse movimento mais amplo. Práticas alimentares, devoções, formas de fala, festas e redes familiares trazidas por migrantes não permaneceram intactas. Elas foram recriadas em contato com repertórios amazônicos, produzindo pertencimentos que combinam memória de origem e experiência local.

Essas diferentes presenças não ocupam posições equivalentes na imagem pública. Santos (2022) relaciona cultura, territorialidade e desigualdade regional, lembrando que recursos e oportunidades se concentram de forma assimétrica no Pará. Em estudo posterior, Santos e Santos (2025) observam que a distribuição de investimentos culturais permanece fortemente concentrada na Região Metropolitana de Belém. Benevides integra essa região, mas sua proximidade com a capital pode gerar dependência de circuitos culturais metropolitanos. Fortalecer símbolos locais implica criar condições materiais para que artistas, grupos e comunidades produzam suas próprias imagens, arquivos e narrativas.

A formação étnico-cultural deve ser entendida, portanto, como processo. Ela não corresponde à soma rígida de contribuições indígenas, africanas, europeias ou migrantes. O encontro entre grupos envolve imposições, negociações, resistências, apropriações e invenções. A cidade resulta dessas relações, visíveis nos corpos, nas palavras, nos ritos e nos espaços. O desafio interpretativo consiste em reconhecer a mistura sem apagar a desigualdade. Uma narrativa plural precisa identificar quem controlou a terra, quem realizou o trabalho, quem teve seus saberes desvalorizados e quem conseguiu inscrever sua memória no espaço público.

REGIMES DE VISIBILIDADE EM BENEVIDES

A LIBERDADE COMO SIGNO PÚBLICO E MEMÓRIA NEGRA

A expressão Berço da Liberdade oferece a Benevides uma imagem de fácil reconhecimento. Ela condensa pioneirismo, ruptura com a escravidão e orgulho territorial. Sua eficácia simbólica explica a permanência em campanhas, festas, nomes de lugares e atividades escolares. O lema Liberta et Labor aproxima liberdade e trabalho, produzindo uma narrativa de progresso municipal. Essa associação, contudo, merece leitura histórica. O trabalho posterior à libertação continuou marcado por desigualdades e por estruturas herdadas do regime escravista. A potência do lema cresce quando a liberdade não é tratada como dádiva abstrata, mas como conquista relacionada à ação e à sobrevivência da população negra.

O Festival da Liberdade transforma essa narrativa em performance coletiva. Em 2025 e 2026, a programação incluiu rodas de capoeira, danças, música, artesanato, cortejos, atividades escolares e ações voltadas à cultura negra. O espaço público converte-se em palco de memória, e a data passa a ser experimentada por diferentes gerações (Benevides, 2025; Benevides, 2026a). A celebração cria uma pedagogia sensível: crianças veem corpos negros em movimento, moradores ocupam praças e a cidade repete o nome liberdade em vozes, roupas, cartazes e ritmos.

O risco surge quando o evento produz apenas uma imagem triunfal. A abolição antecipada pode ser narrada como prova de uma cidade naturalmente livre, ocultando as relações de violência que tornaram o ato necessário. A exposição Família Dax introduziu

objetos vinculados a antigos engenhos e apresentou a trajetória de Firmina Dax, deslocando a atenção do feito institucional para a experiência de pessoas negras. Correntes, bolas de ferro, trilhos e fotografias deixam de ser curiosidades quando são interpretados como vestígios de coerção, trabalho e resistência (Benevides, 2026c).

A presença desses objetos cria uma tensão ética. Expor instrumentos de opressão exige evitar espetáculo e consumo superficial da dor. O sentido deve nascer da relação com nomes, biografias, descendentes e contextos. Daronco e Tomaim (2023) mostram que a pesquisa sobre mídias do passado depende da articulação entre materiais, testemunhos e formas de exibição. Em Benevides, o acervo ganha força quando a população negra participa da curadoria, define as perguntas e reconhece seus ancestrais como sujeitos históricos. A memória deixa de falar sobre eles e passa a ser construída com eles.

RELIGIOSIDADE, FESTA E CULTURA POPULAR

O calendário cultural de Benevides articula liberdade e fé. A antiga denominação Colônia de Nossa Senhora do Carmo e a presença do Círio dedicado à santa indicam a profundidade da tradição católica. Procissões, imagens sacras, promessas, flores e percursos urbanos transformam a rua em espaço ritual. A religiosidade participa da formação étnico-cultural porque organiza pertencimentos, redes de solidariedade e memórias familiares. A imagem religiosa, carregada e acompanhada por fiéis, relaciona corpo e território: ela percorre lugares, recebe gestos de respeito e reinscreve a história da comunidade no calendário.

A paisagem espiritual amazônica, porém, é mais ampla. Terreiros, encantarias, umbanda, Mina e práticas afroindígenas produzem códigos que muitas vezes permanecem fora das celebrações oficiais. Rosário, Abreu e Saldanha (2021) demonstram que Exus e Pombagiras são ressignificados em um terreiro de Mina no nordeste paraense, articulando identidade e experiência social. Oliveira e Matta (2021) mostram que gestos coreográficos podem preservar matrizes africanas no espaço festivo. Esses estudos ajudam a reconhecer que o sagrado também habita músicas, movimentos, cores, comidas

e relações com entidades, mesmo quando não recebe o mesmo grau de visibilidade pública.

As festas populares funcionam como arquivos corporais. O boi de máscaras estudado por Silva (2025) revela que a tradição musical muda diante de novas tecnologias, práticas educativas e ritmos de circulação. A aceleração do andamento não significa desaparecimento automático; ela expressa negociação entre herança e contemporaneidade. Esse princípio vale para manifestações benevidenses. Quadrilhas, blocos, carimbó, capoeira e apresentações escolares permanecem vivas porque adaptam repertórios, incorporam jovens e respondem a novos espaços de exibição.

A cultura popular não deve ser apresentada como decoração de eventos oficiais. Ela contém formas de conhecimento, hierarquias internas, conflitos de geração e memórias de trabalho. Fernandes e Palha (2021) mostram que as identidades culturais de uma cidade amazônica se constroem em tensões entre grupos e territorialidades. Quando a prefeitura convida fazedores de cultura para o Festival da Liberdade ou promove o Casarão das Artes, cria-se uma oportunidade de reconhecimento. A continuidade depende de participação, remuneração, documentação e autonomia, para que os grupos não apareçam apenas como atração passageira.

OBJETOS, ESPAÇOS E COMUNICAÇÃO VISUAL

Objetos e edifícios também disputam memória. O Casarão das Artes, inaugurado em Benfica durante as comemorações de 2025, associa preservação, exposição e economia criativa. Sua relevância não se reduz à arquitetura. O espaço pode reunir acervos, oficinas, apresentações e narrativas dos distritos, permitindo que diferentes grupos inscrevam suas experiências na cidade. Costa (2021) observa que arquivos, exposições e publicações estruturam novas formas de conhecimento visual. Um equipamento cultural torna-se mais significativo quando articula esses três domínios e devolve à comunidade condições de interpretar suas próprias imagens.

A Praça da Liberdade e outros espaços nomeados pela data de 30 de março produzem uma geografia da lembrança. O morador pronuncia a história ao indicar um endereço, uma escola ou um bairro. A toponímia funciona como memória repetida,

embora nem sempre explicada. A educação patrimonial pode transformar esses nomes em perguntas de pesquisa: por que o lugar recebeu essa denominação, quem participou da escolha, quais histórias são lembradas e quais personagens poderiam ser incorporados? O mapa municipal passa a ser lido como documento cultural.

A comunicação visual oficial reforça essa geografia por fotografias de eventos, cartazes e notícias. Pinho e Amin (2023) mostram que vitrines amazônicas não apenas expõem produtos, mas projetam modelos sociais. De maneira semelhante, as imagens institucionais projetam uma Benevides desejada: livre, festiva, diversa e voltada para o futuro. Essa projeção possui valor político. Ela pode ampliar autoestima e reconhecimento, mas precisa corresponder às experiências dos moradores. Quando a diversidade aparece apenas em datas comemorativas, o símbolo perde consistência.

A exposição de peças de engenho introduz uma materialidade incômoda nesse repertório. Ela impede que a liberdade seja representada sem a escravidão. A imagem de um objeto pesado, gasto e associado ao controle dos corpos rompe a leveza de slogans e festas. Zanirato et al. (2021) defendem que o patrimônio resulta da interação entre bens e saberes. A peça histórica necessita de uma narrativa que explique usos, vítimas, agentes e permanências. O objeto passa a testemunhar relações sociais, e não somente uma época distante.

O Quadro 1 sistematiza as principais camadas interpretativas do repertório público analisado. A organização não pretende encerrar os sentidos, mas evidenciar como cada signo pode sustentar orgulho local e, ao mesmo tempo, abrir questões sobre protagonismo, desigualdade e transmissão cultural.

Quadro 1 – Matriz interpretativa de imagens e símbolos culturais de Benevides

Repertório	Memória acionada	Tensão crítica	Possibilidade educativa
Berço/Terra da Liberdade	Abolição local de 1884 e orgulho municipal	Risco de transformar conflito histórico em narrativa pacificada	Investigar pessoas libertas, sociedades abolicionistas, trabalho e pós-abolição
Festival da Liberdade	Atualização anual da memória no espaço público	Visibilidade concentrada na data e dependência de programação institucional	Produzir arquivos comunitários, entrevistas, mapas afetivos e exposições escolares

Repertório	Memória acionada	Tensão crítica	Possibilidade educativa
Capoeira, tranças e turbantes	Corpo negro como presença, ancestralidade e resistência	Folclorização ou uso ornamental de símbolos raciais	Relacionar estética, história, racismo, técnicas e protagonismo de mestres locais
Peças de antigos engenhos e memória da Família Dax	Materialidade da escravidão e trajetória de descendentes	Espetacularização da violência e ausência de contexto	Curadoria compartilhada, biografias, genealogias e história oral
Círio e devoções locais	Fé, promessa, pertencimento e ocupação ritual das ruas	Predomínio da narrativa católica sobre outras espiritualidades	Mapear pluralidade religiosa e relações entre sagrado, corpo e território
Casarão das Artes, praças e nomes urbanos	Cidade como arquivo e suporte de memória	Centralização dos equipamentos e invisibilidade de distritos e periferias	Roteiros patrimoniais, leitura de toponímias e exposições descentralizadas
Carimbó, bois, quadrilhas e culturas juvenis	Transmissão de saberes, festa e reinvenção	Redução das práticas a entretenimento episódico	Reconhecer mestres, registrar técnicas, remunerar grupos e promover formação

Fonte: Elaboração própria com base no corpus bibliográfico e documental (2021-2026).

A matriz evidencia que nenhum símbolo possui sentido único. O mesmo repertório pode fortalecer o pertencimento e ocultar relações de poder. A leitura crítica procura manter as duas dimensões reunidas. O afeto pela cidade não exige silêncio sobre a violência; ele pode sustentar uma responsabilidade mais profunda com a história. Ao relacionar celebração, objeto, corpo e território, Benevides amplia a liberdade de um marco cronológico para uma prática contínua de reconhecimento.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LEITURA CRÍTICA DAS IMAGENS

A escola ocupa posição decisiva na transformação de símbolos em conhecimento. Oliveira (2022) sustenta que o patrimônio pode ampliar a aprendizagem histórica quando estudantes entram em contato com objetos, museus, memoriais, arquivos e lugares. A visita ou a observação, entretanto, precisa ser acompanhada de perguntas. Ver uma peça de engenho não basta. O estudante deve investigar sua função, o trabalho envolvido, as relações de poder e os sujeitos atingidos. A imagem torna-se fonte quando é comparada, contextualizada e discutida.

Silva (2022) relaciona educação patrimonial e comunicação intercultural, destacando a capacidade dessas práticas de questionar traços coloniais e eurocêntricos. Essa contribuição é especialmente pertinente a Benevides. A narrativa da liberdade pode oferecer uma entrada para o ensino das relações étnico-raciais, desde que inclua protagonismo negro, pós-abolição, racismo e culturas afro-amazônicas. A data de 30 de março permite articular história nacional e experiência local, aproximando conteúdos escolares das famílias, dos bairros e dos espaços frequentados pelos alunos.

Uma proposta pedagógica pode começar por um inventário afetivo. Estudantes fotografam lugares, registram nomes, entrevistam moradores e descrevem práticas culturais. Depois, organizam o material em eixos: liberdade, trabalho, fé, ancestralidade, migração, natureza e festa. A etapa seguinte compara versões. O que a fotografia oficial mostra? O que o morador recorda? Quem aparece na imagem? Quem estava presente, mas não foi enquadrado? A atividade ensina que toda imagem possui seleção, autoria e circulação.

A história oral ajuda a devolver densidade aos objetos. Pimentel (2023) evidencia que narrativas migrantes articulam memória e diversidade cultural. Em Benevides, entrevistas com moradores antigos e jovens podem revelar mudanças nas festas, nos balneários, nos bairros, nas práticas religiosas e nos modos de trabalho. O relato individual não deve ser tratado como prova isolada. Ele oferece uma perspectiva situada, que ganha força quando dialoga com documentos, fotografias, mapas e outras vozes.

O ensino também pode aproximar patrimônio indígena e territorialidade. Sales (2023) mostra que vestígios materiais e lugares de ancestralidade sustentam memória e luta política. Mesmo quando não houver sítio arqueológico conhecido na escola ou no bairro, os estudantes podem investigar nomes indígenas, relações com rios e igarapés, conhecimentos de plantas, ocupações anteriores e presença contemporânea de povos originários na região. Essa abordagem evita situar os indígenas apenas em um passado remoto.

A cultura popular oferece caminhos de aprendizagem baseados em participação. Silva e Lopes (2022) demonstram que saberes de ofício dependem de transmissão prática. Pinheiro (2023) e Cordeiro e Amaral (2022) mostram o papel de mulheres negras na continuidade do samba de cacete e do carimbó. Oficinas com mestres locais, quando

planejadas com remuneração e reconhecimento de autoria, permitem que a escola aprenda com a comunidade. O saber não entra como curiosidade externa; ele ocupa posição legítima na produção de conhecimento.

A educação patrimonial deve alcançar os distritos e as áreas periféricas. Uma narrativa concentrada na sede corre o risco de apresentar Benevides como espaço homogêneo. Roteiros podem incluir Benfica, Murinim, Santa Maria, Paricatuba, Taiassuí e comunidades rurais, respeitando as especificidades locais. A circulação descentralizada de exposições, acervos digitais e apresentações favorece o reconhecimento de patrimônios que ainda não foram institucionalizados. A cidade passa a ser compreendida como rede de lugares, e não como único centro simbólico.

DISCUSSÃO: O QUE A PAISAGEM CULTURAL REVELA E O QUE ELA ESCONDE

O repertório analisado revela uma cidade que encontrou na liberdade um núcleo de coesão. Poucos municípios dispõem de um marco histórico com tamanha capacidade de articular calendário, lema, espaço urbano e educação. A identidade benevidense ganha visibilidade regional porque a data de 1884 produz uma narrativa reconhecível. Essa força, contudo, não garante por si mesma uma memória democrática. A liberdade pode funcionar como signo vazio quando se afasta das experiências negras que lhe conferem sentido.

A inclusão de capoeira, tranças, turbantes, exposições e histórias de famílias negras indica um movimento de adensamento. A cidade começa a substituir uma comemoração centrada no pioneirismo por uma narrativa que reconhece corpos, objetos e descendências. O processo ainda exige continuidade. Nascimento e Libardi (2023) lembram que a autoafirmação racial se constrói entre gerações. Uma política de memória precisa permitir que crianças e jovens negros se vejam como herdeiros de sujeitos que produziram a cidade, e não apenas como participantes de uma festa anual.

A menor visibilidade das presenças indígenas constitui a lacuna mais evidente. A formação da Amazônia não pode ser narrada a partir da colonização agrícola como ponto inicial absoluto. Sales (2023) demonstra que esquecimento e recordação do patrimônio

indígena interferem em direitos territoriais. A incorporação dessa dimensão em Benevides depende de pesquisa histórica, diálogo com povos e instituições indígenas, revisão de materiais pedagógicos e reconhecimento de saberes relacionados à paisagem. A prudência metodológica impede atribuições identitárias sem fonte, mas não justifica a ausência do tema.

A religiosidade também apresenta assimetria. O catolicismo possui forte presença pública, enquanto práticas afro-amazônicas costumam enfrentar estigma ou invisibilidade. Rosário, Abreu e Saldanha (2021) mostram que as simbologias dos terreiros são dinâmicas e socialmente produtoras de identidade. Reconhecer essa pluralidade não exige retirar valor das devoções católicas. Exige construir uma paisagem cultural em que diferentes formas de fé possam aparecer com dignidade e sem hierarquia colonial.

As manifestações populares demonstram que tradição e mudança não são polos incompatíveis. Silva (2025) identifica transformações musicais nos bois de máscaras associadas a novas práticas e tecnologias. A cultura permanece porque negocia com o presente. Benevides pode proteger seus repertórios sem congelá-los. A salvaguarda precisa apoiar os grupos, documentar processos, transmitir técnicas e garantir espaços de criação. Uma política excessivamente voltada à reprodução de formas antigas pode afastar jovens; uma política baseada apenas em novidade pode romper vínculos com mestres e memórias.

A paisagem cultural esconde ainda desigualdades territoriais e materiais. Santos (2022) e Santos e Santos (2025) mostram que cultura, desenvolvimento e distribuição de recursos estão ligados. A celebração simbólica perde alcance quando os produtores culturais não possuem financiamento, formação, locais de ensaio ou acesso a editais. A interpretação das imagens deve alcançar suas condições de produção. Quem fotografa, organiza, costura, toca, dança, transporta e limpa também participa da memória, embora raramente apareça como autor.

O direito à imagem integra, portanto, o direito à cidade. Grupos sociais precisam participar da definição de como serão representados, quais nomes ocuparão placas, quais acervos serão preservados e quais histórias entrarão nas escolas. O patrimônio deixa de ser coleção administrada por especialistas e passa a funcionar como negociação pública.

A participação não elimina conflitos. Ela torna os conflitos visíveis e permite que o símbolo da liberdade seja praticado no próprio processo de construção da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens e os símbolos culturais de Benevides participam ativamente da formação de sua memória étnico-cultural. O título Berço da Liberdade, o marco de 30 de março, o Festival da Liberdade, as práticas corporais negras, os objetos de antigos engenhos, as devoções e os espaços culturais formam uma linguagem pública pela qual o município reconhece a si mesmo. Essa linguagem produz pertencimento porque oferece referências compartilhadas e permite que a história seja experimentada no presente.

A análise identificou que o signo da liberdade possui maior densidade quando se liga ao protagonismo negro. A exposição de objetos históricos e a valorização de trajetórias familiares abrem caminho para uma memória menos abstrata, capaz de nomear sujeitos e enfrentar a violência escravista. O orgulho local não precisa suavizar o passado. Ele pode nascer da disposição de encarar a dor, reconhecer resistências e assumir responsabilidades no combate às desigualdades que sobreviveram à abolição.

A formação benevidense também envolve presenças indígenas, migrações, religiosidades plurais e culturas populares em constante transformação. Essas dimensões aparecem de maneira desigual no repertório oficial. A menor visibilidade indígena e afro-religiosa indica a necessidade de pesquisa, escuta e participação comunitária. A cidade ampliará sua memória quando seus símbolos acolherem experiências da sede, dos distritos, das áreas rurais, das periferias, dos terreiros, das igrejas, dos grupos culturais e das famílias que preservam saberes ainda pouco documentados.

A educação patrimonial oferece um caminho concreto para essa ampliação. Fotografias, objetos, nomes urbanos, festas e relatos podem ser trabalhados como fontes, sempre relacionados às condições históricas de produção. O estudante aprende a observar o que aparece e a procurar o que foi retirado do enquadramento. Esse exercício transforma a paisagem em espaço de investigação e fortalece vínculos entre escola, comunidade e território.

Benevides possui uma memória pública de rara potência. Sua continuidade depende de manter a liberdade aberta a novas vozes, sem separar celebração e crítica. Quando descendentes, mestres, mulheres, jovens, povos tradicionais, artistas e moradores participam da curadoria da cidade, o símbolo deixa de ser apenas herança. Ele se torna compromisso coletivo com o direito de lembrar, aparecer e produzir cultura.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro; AMARAL, Assunção José Pureza. **Tia Pê (1915-1976):** mulher, identidade negra e cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia. Revista Científica Gênero na Amazônia, n. 21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/rcga.v0i21.13366>. Acesso em: 24 jul. 2026.

COSTA, Eduardo Augusto. **Mudanças epistemológicas na arquitetura:** entre arquivos, exposições e publicações. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, p. 129-147, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210107>. Acesso em: 24 jul. 2026.

DARONCO, Marilice; TOMAIM, Cássio. **Para se ver na vitrine:** o uso da história oral e das arqueologias das mídias nas pesquisas sobre o cinema pioneiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 36, n. 78, p. 51-73, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420230104>. Acesso em: 24 jul. 2026.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos; PALHA, Rondinell Aquino. **Odivelidades:** binarismo cultural na construção identitária em cidade local amazônica. Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5801/ncn.v24i2.8690>. Acesso em: 24 jul. 2026.

NASCIMENTO, Maria Thaís Mota do; LIBARDI, Suzana Santos. **Identidade negra/quilombola:** diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do sertão nordestino. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280109, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280109>. Acesso em: 24 jul. 2026.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural.** Interações, Campo Grande, v. 23, n. 1, p. 19-33, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3159>. Acesso em: 24 jul. 2026.

OLIVEIRA, Patrícia Torme de; MATTA, Betânia de Assis Reis. **A performance na dança das Yabás no Festival Folclórico no município de Tefé no Amazonas.** Revista Científica Gênero na Amazônia, n. 20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/rcga.v0i20.13343>. Acesso em: 24 jul. 2026.

PIMENTEL, Flávio Reginaldo. **Narrativas orais nordestinas na Amazônia paraense:** entre memória, migração e diversidade cultural. Revista A Palavrada, n. 23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8231439>. Acesso em: 24 jul. 2026.

PINHEIRO, Daélem Maria Rodrigues. **‘As Guardiãs do Saber’:** afirmação identitária e de resistência das mulheres do samba de cacete do Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA.

Revista Científica Gênero na Amazônia, n. 24, p. 19-34, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/rcga.v2i24.15604>. Acesso em: 24 jul. 2026.

PINHO, Relivaldo; AMIN, Vanda do Socorro Furtado. **‘As Verdadeiras Fadas destas Passagens’**: imagens da infância nas vitrines de uma avenida amazônica. Novos Cadernos NAEA, v. 26, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/ncn.v26i3.12729>. Acesso em: 24 jul. 2026.

ROSÁRIO, Victor Lean do; ABREU, Rachel Oliveira de; SALDANHA, Carla Figueiredo Marinho. **Do tambor ao ‘trabalho’**: alguns esboços sobre os aspectos de Exus e Pombagiras em um terreiro de Mina no nordeste paraense. Margens: Revista Interdisciplinar, v. 15, n. 24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/rmi.v15i24.10081>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SALES, Taynara Soares do Nascimento. **Arqueologia e território no Alto Rio Guamá**: as relações humanas com ocorrências arqueológicas no município de Capitão Poço, Pará. Caderno 4 Campos, v. 7, n. 2, p. 65-72, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1852/c4c.v7i2.18968>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SANTOS, Valcir Bispo. **Desigualdades regionais e dependência cultural na Amazônia paraense**. Cadernos CEPEC, v. 11, n. 2, p. 40-67, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/cepec.v11i2.14845>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SANTOS, Valcir Bispo; SANTOS, Vitor Samuel Moraes dos. **Desigualdades regionais e cultura na Amazônia paraense**. Conexões, v. 13, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/conexoes.v13i2.19916>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SILVA, Evelyn Tainá de Souza. **‘A marcha é pra andar e o samba pra pular’**: múltiplos acessos e a aceleração do andamento nas músicas dos Bois de Máscaras. Arteriais, v. 11, n. 19, p. 19-27, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/arteriais.v11i19.19324>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SILVA, Francisco José Oliveira da; LOPES, Paulo Roberto do Canto. **Saberes de mestres carpinteiros navais de Vigia, no Pará**: patrimônio cultural ameaçado. Ethnoscientia, v. 7, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/ethnoscientia.v7i2.12139>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Educação, patrimônios e comunicação intercultural em escolas públicas no Sul do Brasil**. Educação & Sociedade, v. 43, e255256, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255256>. Acesso em: 24 jul. 2026.

ZANIRATO, Sílvia Helena; ROTONDARO, Tatiana Gomes; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; ISNART, Cyril. **Patrimônio cultural**: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. Estudos Avançados, v. 35, n. 103, p. 255-272, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.014>. Acesso em: 24 jul. 2026.

FONTES DOCUMENTAIS DO CORPUS

BENEVIDES. **30 de março**: Benevides comemora 141 anos de libertação dos escravizados. Benevides: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <https://www.benevides.pa.gov.br/semad/noticia/25292>. Acesso em: 24 jul. 2026.

BENEVIDES. **Benevides celebra sua história no encerramento do Festival da Liberdade 2026.** Benevides: Secretaria Municipal de Cultura, 2026a. Disponível em: <https://www.benevides.pa.gov.br/secult/noticia/26677>. Acesso em: 24 jul. 2026.

BENEVIDES. Benevides. **Benevides:** Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://benevides.pa.gov.br/pagina/47>. Acesso em: 24 jul. 2026.

BENEVIDES. **Casarão das Artes, em Benfica, recebe o Festival da Liberdade.** Benevides: Secretaria Municipal de Cultura, 2026b. Disponível em: <https://www.benevides.pa.gov.br/secult/noticia/26668>. Acesso em: 24 jul. 2026.

BENEVIDES. **O grito de liberdade que ecoa:** evento confronta o passado para honrar a história do povo negro. Benevides: Secretaria Municipal de Cultura, 2026c. Disponível em: <https://www.benevides.pa.gov.br/secult/noticia/26662>. Acesso em: 24 jul. 2026.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: junho de 2025.